**Michelle Bachelet e Iriny discutem combate às desigualdades no mundo**

A diretora executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet, reuniu-se hoje de manhã com a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Iriny Lopes. No encontro, que é uma preparação para a participação da ex-presidenta do Chile na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, Bachelet e Iriny trocaram experiências e falaram sobre o combate das desigualdades entre homens e mulheres no mundo. Michelle Bachelet faz palestra na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, hoje, às 19h, em Brasília.

Michelle Bachelet parabenizou a ministra pela realização do encontro que reúne três mil mulheres no Centro de Convenções Ulysses Guimarães até amanhã. A diretora executiva da ONU Mulheres também elogiou a escolha do tema do evento: “Autonomia e igualdade para as mulheres”, ressaltando que a autonomia econômica e financeira feminina é uma preocupação mundial e os assuntos abordados pela Conferência estão na pauta da ONU Mulheres.

A ministra pediu para a ONU Mulheres ajudar o Brasil a implementar políticas públicas para as mulheres que ajudem a combater a pobreza e a miséria. Bachelet afirmou que seria gratificante se o Brasil fosse o primeiro país a erradicar a miséria e se colocou a disposição para ajudar. Iriny Lopes também disse que o Brasil pode contribuir.

**EM TODO O MUNDO**

“O Brasil por ser um país que está crescendo e buscando construir políticas para as mulheres é sempre um elemento de contribuição na articulação internacional e na ajuda que a ONU Mulheres dá as mulheres em todo o mundo”, afirmou.

Ao final do encontro, Iriny Lopes disse que a presença de Michelle Bachelet no Brasil e na Conferência é muito importante porque os temas trabalhados no Brasil são os temas das mulheres no mundo todo.

“Essa parceria com a ONU nos permite trocar informações para articular ações que repercutem no Brasil e fora do Brasil”, disse.

**AUTONOMIA POLÍTICA**

No dia em que a primeira mulher eleita presidente na América do Sul participará da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, as três mil participantes do evento irão discutir a maior participação das mulheres na política brasileira. À tarde, 24 grupos de trabalho vão discutir os temas 2, 3 e 4 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, as autonomia cultural, pessoal e política das mulheres, respectivamente.

Nas reuniões, sete grupos de trabalho discutem e votam 37 propostas referentes a autonomia pessoal, nove grupos de trabalho vão debater e eleger as prioridades entre 18 propostas que garantem autonomia cultural e oito discutem as 10 propostas feitas pelas cerca de 200 mil participantes das conferências estaduais e municipais que asseguram uma maior autonomia política para as mulheres. As integrantes dos grupos de trabalho vão eleger as propostas que considerem mais importantes e, amanhã, as recomendações dos grupos de trabalho serão reunidas em plenário para o estabelecimento de uma agenda de prioridades para os próximos três anos.

Para garantir a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, as mulheres pedem a aprovação da reforma política, garantindo o regime de listas fechadas com alternância de sexo, finaciamento público de campanha e cotas nos postos de decisão nos partidos e nos cargos comissionados nos governos. Também pleiteiam a criação de um amplo programa para a capacitação de mulheres com enfoque em política e gênero e o compromisso do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a inclusão do quesito raça/cor nas fichas de inscrição de candidatos nas eleições.

**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA**

Os debates relacionados a autonomia pessoal incluem o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres. Nesse sentido, as participantes das conferências locais pediram a ampliação, aperfeiçoamento e monitoramento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, a ampliação dos serviços da Casa-Abrigo, Centros de Referência de Atendimento a Mulher, Delegacias Especializadas, Juizados Especiais e núcleos de defesa das mulheres nas defensorias públicas e ministério público.Outro pedido é o combate ao tráfico de jovens, meninas e mulheres, e o enfrentamento da exploração sexual.